



PROJECTO "3S – 2018"

Durante quatro meses, numa parceria com Fundação INATEL a ANAFS desenvolveu em diversos estabelecimentos hoteleiros o Projecto "3S", integrado no Programa INATEL 55+.pt e que visa encontrar o equilíbrio necessário e desejável para um envelhecimento SEGURO, SAUDÁVEL e SATISFAÇÃO, onde o idoso seja o principal actor e beneficiário, fornecendo-lhe as *ferramentas* necessárias e mínimas indispensáveis para que ele possa atingir os objectivos pretendidos, incluindo o de auxílio ao seu semelhante.

O Programa INATEL 55 + consiste na disponibilização a públicos seniores, com 55 anos de idade ou mais, em risco de exclusão social ou com baixos rendimentos, de programas de alojamento e atividades de lazer diversificadas, nomeadamente formações inovadoras nos domínios da cidadania, das medidas de auto-protecção, em especial a grandes riscos, da alimentação saudável e da prevenção da saúde, tendo em vista a integração sociocultural dos beneficiários do programa, numa lógica de igualdade de oportunidades e promoção de lazer para todos, bem como o desenvolvimento económico e social dos territórios abrangidos.

Este programa INATEL 55 + com a parceria da ANAFS e o seu Projecto "3S" (Segurança, Saúde, Satisfação) ministrou 20 acções de formação num total de 200 horas nos Conselhos de Cascais, Caldas da Rainha, Albufeira, Marinha Grande, Leiria, Manteigas, Almada, tendo disponibilizado 6 Formadores das suas Unidades Operacionais.

-Vice Coordenador-chefe URO Carlos Castanho - 30 Horas

-Coordenador MAN António Pacheco - 40Horas

-Coordenador DRC José Peres - 30 Horas

-Coordenador Adjunto TRMS Pedro Gomes de Sousa - 40 Horas

-Adjunta de Coordenador LOG Inês Melo e Castro - 20 horas

-Operador TRMS João Plácido - 40 horas

As acções de formação iniciaram-se a 17 de Setembro e terminaram a 20 de Dezembro, tendo todo o projecto sido coordenado e controlado pelo Vogal Nacional de Património Paulo Rebelo, o qual recebeu o apoio técnico para a elaboração dos currículos de cada acção, da APIS e da Secretária-executiva da CT-P ANAFS Marinela Velloso.

A circunstância de termos recebido os maiores elogios ao nosso Projecto "3S" e em especial à prestação dos nossos Formadores e de reconhecermos uma excelente oportunidade de se melhorarem as condições de vida e especialmente de resiliência de um sector importante da sociedade civil, dificilmente a ANAFS, como seria o seu desejo, poderá continuar a colaborar no Programa INATEL 55+, sem uma revisão das condições financeiras, incomportáveis pela debilidade da sua tesouraria e que na edição do corrente ano foram suportadas parcialmente pelos Formadores destacados.



A 'Liga Portuguesa dos Direitos Humanos - Civitas' organizou mais uma Sessão Comemorativa do Dia Internacional dos Direitos Humanos no dia que lhe é dedicado, 10 de Dezembro, pelas 17h30 no Anfiteatro do Museu do Oriente, em Lisboa. Este evento que contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, destacou para 2018 ser o ano do 70.º aniversário da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** e do 40.º aniversário da ratificação por Portugal da **Convenção Europeia dos Direitos Humanos** e determinou, entre outras, com a intervenção do Comissário para as Comemorações Oficiais destes eventos, o Professor Doutor Vital Moreira.

De realçar ainda a homenagem que foi prestada postumamente ao Dr. António Arnaut (antigo associado e presidente da Liga) pela forma íntegra como durante toda a sua vida pugnou pela defesa dos direitos humanos, com a entrega da Medalha de Honra da Liga à sua família pelo actual Presidente, Dr. Fernando Lima e uma evocação pelo Dr. Jorge Sampaio, ex-Presidente da República.

A ANAFS fez-se representar pelo seu Presidente Nacional e pelas Enfermeiras Cristina Centeno e Rosa Rodrigues, esta última que integrou igualmente a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos - CIVITAS



DÁDIVAS - NIB - MONTEPIO 003603179910000989136

PARA MEMÓRIA FUTURA

O despenhamento de um helicóptero *MEDVAC* do *INEM*, para além de ter ocasionado uma dramática perda de vidas da sua guarnição, que a deram para outra fosse salva, permitiu reconhecer uma preocupante impreparação de decisores aos mais diversos escalões, incluindo os de mais alto nível, sobre a forma como o Estado Português se organiza e articula na protecção e socorro de pessoas e bens. De facto, nos momentos que se seguiram à suspeita do eventual desastre, a forma como decorreu o accionamento dos meios de busca e salvamento aéreo e as declarações que algumas entidades e decisores foram publicamente prestando aos OCS, demonstravam um lamentável desconhecimento ou confusão de como o **Serviço de Busca e Salvamento Aéreo** funciona em Portugal.

Portugal aprovou pelo Decreto-Lei nº 36.158, de 17 de Fevereiro de 1947 a "*Convenção sobre a Aviação Civil Internacional*", assinada em Chicago em 7 de Dezembro de 1944 (**CONVENÇÃO DE CHICAGO**), tendo-a ratificado a 28 de Abril de 1948.

Assim, como Estado contratante da **Convenção de Chicago**, Portugal assumia o compromisso de adoptar, cumprir e fazer cumprir as **Standards and Recommended Practices** da **Organização Internacional da Aviação Civil (OACI)**, plasmadas no Anexo 12 da referida Convenção. Nestas referem-se, entre outras, as responsabilidades das acções de busca e salvamento aéreo e que Portugal verteu para o Decreto-Lei 253/95 de 30 de Setembro. A Lei 28/2013 de 12 de Abril veio posteriormente dar competência ao **Gabinete da Autoridade Aeronáutica Nacional** para regular o **Serviço de Busca e Salvamento Aéreo** e assegurar que a totalidade da informação publicada pela **OACI** é transmitida à **Força Aérea**.

Fica desde logo claro, que o que não foi cumprido, foram Leis da República e não, como alguns pretenderam a Directiva Operacional Nº 4 da **ANPC**, que mais não é, que um documento orientador de procedimentos operacionais da **ANPC** e do seu âmbito, que tem o louvável mérito de dar a conhecer a regulamentação nacional vertida no Decreto-Lei 253/95.

O diploma de forma sucinta estabelece as responsabilidades do **Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo** "*pela salvaguarda da vida humana dentro das Regiões de Informação de Voo (FIR) em caso de acidente com aeronaves ou de situações de emergência destas*". O **Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo** funciona no âmbito da **Força Aérea** e o **Ministro da Defesa Nacional** é a "*autoridade nacional responsável pelo cumprimento do artigo 25º da Convenção de Chicago*", representando as acções de SAR relativas ao apoio às aeronaves em situações de emergência, de busca das aeronaves acidentadas e das suas tripulações, até ao momento em que o **Sistema Nacional de Protecção Civil** assume o comando das operações de socorro em terra, ou pela **Marinha** no âmbito do **Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo (MRCC)** se o despenhamento se tiver dado no mar.

O SAR Aéreo e os seus Centros de Coordenação (**RCC**) têm o comando e controlo das operações de busca e salvamento, recebendo uma estrutura auxiliar de busca e salvamento, que integra para além da **ANPC**, as **Forças de Segurança**, o **INEM**, a **CVP** e as **Forças Armadas**.

A protecção de pessoas e de bens em Portugal encontram-se totalmente cobertas por um conjunto de sistemas autónomos, que dão garantia de funcionamento, o **Sistema Nacional de Protecção Civil**, o **Sistema da Autoridade Marítima**, o **Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo**, o **Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo** e o **Sistema de Combate à Poluição Marítima**, onde igualmente se encontram estabelecidas as ferramentas de articulação operacional.

É bom de ver que, quando não funcionam ou falham, a responsabilidade não esta nos Sistemas, ou na legislação que os suporta, mas pura e simplesmente em laxismo ou em ignorância de quem tem que os gerir ou controlar.

MV

'INSARAG - ERE Armenia 2018'

Realizou-se no passado dia 6 de dezembro um exercício *WebEx* liderado pelo *Global Crisis Centre Network (GCCN)*, tendo como cenário um sismo de magnitude 7,0 por escala *Richter*, o hipocentro a 15 km de profundidade, epicentro a 8 km para o nordeste da comunidade *Garni* da região de *Kotayk* da República da *Arménia* (a 20 km da capital da *Arménia*, *Yerevan*). Tratou-se de um exercício comemorativo do grande sismo de *Spitak* de 1988.

O cenário idealizado para este exercício contemplava uma destruição significativa na região, onde a previsão apontava para a destruição das redes de fornecimento de energia, comunicações, água e saneamento. Oito a 10% de todos os hospitais e outras instalações de saúde, escolas, edifícios governamentais foram destruídos ou danificados. Verificaram-se incêndios e explosões na área. Um número significativo de edifícios afetados, com colapsos totais e parciais, as estradas e linhas férreas ficaram danificadas ou bloqueadas.

A participação surge de um convite por parte da secção de formação e aprontamento (**RTS**) do Departamento de Suporte de Resposta a Emergências (**ERSB**) do Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (**OCHA**) das Nações Unidas (**UN**). Convite este que surge no seguimento de anteriores onde a **ANAFS** teve uma participação interessante e que lhe permitiu treinar em simultâneo a sua componente de Coordenação e Comando.

Neste exercício em concreto a participação da **ANAFS** foi realizada pelo Adjunto de Ligação da **ANAFS USAR Team**, Rui Reis em estrita articulação com o Coordenador-chefe Manuel Velloso. O Adjunto de Coordenador LIG assumiu o papel de Coordenador do Centro de Crise-POR. Estiveram envolvidos neste exercício representantes de várias Agências das UN, de representantes da Comissão Europeia (**EU**), Autoridades da Arménia e em representação das equipas de resposta internacional a **ANAFS** e a **EMERCOM** da Rússia.

Foram abordados um conjunto significativo de situações, necessidades e ofertas de apoio internacional por parte dos intervenientes, nomeadamente a questão das comunicações existentes e a necessidade de ser temporariamente reposto um serviço para utilização das equipas de socorro. Outra das questões abordadas foi a utilização do aeroporto que tinha sofrido danos alguns limitativos para uso das aeronaves.

Com esta participação a **ANAFS** para além de ser a única entidade nacional a participar nos exercícios *WebEx* de 2018, tendo marcado presença nos 3 exercícios realizados (*UK Simex Series flood exercise*, 15 May 2018; *Asia-Pacific regional "Philippines" INSARAG exercise*, 26/27 June 2018; *INSARAG exercise in Armenia*, 3-7 Dec 2018).

A **ANAFS** torna-se assim, capacitada para responder atempadamente à solicitação de auxílio internacional, num modelo baseado em videoconferências e que permite acelerar todo o processo de resposta e gestão dos recursos disponíveis.

Rui Igreja Reis

Adjunto de Coordenador LIG ANAFS USAR TEAM



GCCN
GLOBAL CRISIS
CENTRE NETWORK



Curso de Purificação e Abastecimento de Água

11 e 12 Dezembro de 2018
Auditério Pinto Henriques, ANPC, Carnaxide
Barragem do Rio da Mula, Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC)



www.anafs.org



A convite da ANPC a ANAFS esteve presente, através do seu Coordenador-chefe, do Coordenador MAN e da Adjunta TEM-USB da ANAFS DRC TEAM no 1º Curso de Purificação e Abastecimento de Água, conjuntamente com elementos do GIPS-GNR, do INEM, da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da FEB.

O Curso teve uma parte teórica abordando os "Parâmetros Qualitativos na Água e Tratamentos Unitários Associados", as "Normas WHO e Guidelines Projecto Esfera", a "Utilização de equipamento de purificação em catástrofes", a "Logística das Forças Armadas associada ao abastecimento de água" e a "Adução, Armazenamento e Distribuição em Situações de Emergência".

No segundo dia, de carácter prático foram testados os purificadores da ANPC, da GNR e do INEM, todos do mesmo modelo KARCHER RO-500, com ensaios químicos e organolépticos e de procedimentos de manutenção



Festa de Natal do Bairro do Armador

A ANAFS, no dia 08DEZ18, a solicitação do Grupo do bairro do Amador, esteve presente na sua habitual Festa de Natal, destacando uma B1ªI, para eventual assistência aos participantes. A B1ªI da ANAFS esteve a cargo da Coordenadora Adjunta VM ANAFS EOC TEAM Patrícia Muñoz e da Adjunta de Coordenador LOG ANAFS USAR TEAM Inês Melo e Castro.

"Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos"

Em mais um ano a Pastoral dos Ciganos organizou a sua Festa de Natal no dia 20DEZ18, tendo, como habitualmente, convidado a ANAFS a estar presente. A representação recaiu no Secretário-geral José Luís Mantas, que assistiu ao programa do evento, representativo das diversas actividades realizadas pela comunidade cigana apoiada pela Pastoral.

III Workshop SmartCitySense - Parcerias Locais para a Segurança

No âmbito do projecto *SmartCitySense*, do qual a Polícia Municipal de Lisboa é parceira, convidou a ANAFS a participar num *workshop* sobre Segurança, em que foi solicitada a opinião dos participantes sobre a plataforma digital de cooperação entre os cidadãos e as autoridades locais e que o projecto está a desenvolver, nomeadamente o tipo de indicadores que são pertinentes para o trabalho que se desenvolve no âmbito do Policiamento Comunitário em estreita articulação com parcerias locais para a segurança.

O *workshop* decorreu no dia 7 de dezembro nas instalações da Polícia Municipal de Lisboa, das 14h às 16h30 e foi dinamizado pela equipa deste projecto *Smart City Sense*, composta pela Thales Portugal, Instituto Superior Técnico, Faculdade de Motricidade Humana e PM.

A ANAFS esteve representada pelo Coordenador Adjunto TRMS ANAFS EOC TEAM Pedro Gomes de Sousa.

VIH e SIDA: Número de novos diagnósticos em Portugal diminui 40% e 60% na última década

A análise das tendências temporais da epidemia nacional de VIH e SIDA revela que na última década se verificou uma descida de 40% no número de novos diagnósticos de infeção por VIH e de 60% nos novos diagnósticos de SIDA, segundo o mais recente relatório sobre a infeção VIH e SIDA em Portugal elaborado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. O mesmo documento indica também que, até 30 de junho de 2018, foram notificados 1068 casos em que o diagnóstico de infeção por VIH ocorreu durante o ano 2017, o que corresponde a uma taxa de 10,4 novos casos por 100 mil habitantes.

Embora Portugal continue a apresentar das mais elevadas taxas de novos diagnósticos de infeção por VIH e de incidência de SIDA registadas na União Europeia (UE), essas taxas apresentam tendência decrescente que, em análise comparativa do número de casos com diagnóstico nos anos 2007 e 2016, foi de 40% nos casos de infeção por VIH e de 60% em novos casos de SIDA. Nos casos de infeção por VIH, este decréscimo é, no entanto, mais acentuado nos casos registados no sexo feminino (50%) do que no sexo masculino (35%), observando-se a situação inversa nos casos de SIDA (61% no sexo masculino e 51% no sexo feminino).

"Os dados obtidos para os mesmos anos mostraram que o número de casos de transmissão heterossexual e em utilizadores de drogas injetadas (UDI) sofreu uma redução de, respetivamente, 45% e 90%. Inversamente, observou-se um aumento de 29% no número de casos em casos de homens que fazem sexo com homens (HSH), que desde 2015 são em número mais elevado que os registados relativos a homens heterossexuais", sublinham os autores do Relatório. Nos últimos cinco anos, constatou-se que nos novos diagnósticos, em homens de idades entre 15 e 29 anos, 79,8% eram HSH.

As tendências recentes revelam ainda um aumento da proporção de casos do sexo masculino, bem como da idade mediana ao diagnóstico, excetuam-se os casos HSH, que ocorrem com maior frequência em jovens. Verifica-se ainda uma elevada percentagem de diagnósticos tardios, particularmente em heterossexuais. "A percentagem de diagnósticos tardios mantém-se superior à observada na UE, com particular relevância nos casos em heterossexuais. Assim, o aumento do número de casos em HSH de idades jovens, bem como a elevada percentagem de diagnósticos tardios, em particular em heterossexuais foram, nos anos mais recentes, as situações mais prementes de intervenção", destacam os autores.

Em relação aos casos de infeção por VIH diagnosticados em 2017, ocorreram maioritariamente em homens (72%), com uma idade mediana ao diagnóstico de 39 anos, sendo a maior taxa de novos diagnósticos observada no grupo etário 25-29 anos. À data do diagnóstico da infeção, 14,8% dos casos apresentavam patologia indicadora de SIDA e em 51,5% dos novos casos o diagnóstico foi tardio, tendo em conta os valores das contagens iniciais de linfócitos TCD4+, as células alvo do vírus.

De acordo com as notificações recebidas até 30 de junho do corrente ano, encontram-se registados cumulativamente 57.913 casos de infeção por VIH, dos quais 22.102 casos em estágio SIDA, em que o diagnóstico aconteceu entre 1983 e final de 2017. No mesmo período estão registados 14.519 óbitos em casos de infeção por VIH, total acumulado que sofreu um aumento significativo por cumprimento do disposto no Despacho nº 8379/2017 relativo à investigação dos casos de eventual abandono clínico.

EUROPEAN DEFENCE

Desde abril de 1976 que o Instituto da Defesa Nacional (IDN) publica, periodicamente, a revista Nação e Defesa. Com regularidade trimestral ou quadrimestral, ao longo das últimas quatro décadas esta publicação tem procurado debater os temas que, a cada momento, marcam não só a atualidade internacional, como a agenda de segurança e defesa, ao nível interno e externo. Poucas são as publicações que têm conseguido sobreviver às transformações e dinâmicas editoriais, mantendo a regularidade e rigor impostos pelos critérios de publicação científica. A revista Nação e Defesa perdura e mantém-se como uma publicação de referência no panorama nacional, na promoção do debate, divulgação e sensibilização para as questões geopolíticas, de segurança e defesa e da estratégia nacional. Este feito só tem sido possível graças à participação dedicada e generosa dos colaboradores do Instituto da Defesa Nacional, reputados especialistas nacionais e internacionais, que assim partilham o seu conhecimento e múltiplas experiências e que constituem uma indispensável mais-valia para a consecução dos objetivos do IDN. A revista Nação e Defesa cumpre, em novembro de 2018, a publicação do número 150. Ao longo deste percurso, foram múltiplos os contributos que proporcionou à sociedade portuguesa, contando com o envolvimento dos mais dinâmicos sectores da comunidade do pensamento, de diferentes quadrantes ideológicos e representativos de várias correntes do Portugal contemporâneo. No quadro da missão atribuída ao Instituto da Defesa Nacional, a Nação e Defesa tem dado, indiscutivelmente, um contributo para a promoção de uma cultura estratégica de segurança e defesa em Portugal. À semelhança dos números anteriores, a Nação e Defesa dedica a presente edição a um tema central do debate internacional: a Defesa Europeia. A atual conjuntura política externa tem sido caracterizada pela identificação de um conjunto de crises, internas e na periferia próxima da comunidade transatlântica. Desde o complexo processo negocial entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido, comumente designado *Brexit*, à posição da atual administração norte-americana em relação à UE e NATO, passando pelos vários conflitos que rodeiam o espaço europeu – da Ucrânia à Síria, da Líbia ao Iémen – a conjuntura regional e internacional apresenta uma multiplicidade de desafios e riscos. Em 2013, ainda a braços com a resposta à crise económica e financeira, a UE relançou o debate sobre as prioridades e opções a adotar em matéria de defesa. Como resultado, surgiram várias iniciativas de reforço da cooperação, fundadas nos princípios orientadores definidos pela Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, entre as quais se destaca a criação do Fundo Europeu para a Defesa e do mecanismo de Cooperação Estruturada Permanente (PESCO). Em 2018, em consonância com a linha de orientação acordada, o Conselho Europeu aprovou o lançamento dos primeiros projetos conjuntos, consensualizados entre os Estados Membros participantes na PESCO.

Estas iniciativas contribuem para consolidar a cooperação no domínio da defesa, no quadro da UE, de duas formas. Por um lado, porque estas iniciativas assentam na definição de objetivos estratégicos e de um roteiro de implementação comum, para a UE e Estados Membros participantes, conducentes a uma melhor articulação entre a segurança interna e internacional e potenciando uma maior integração da defesa europeia. Por outro lado, a criação do Fundo Europeu para a Defesa, visando o apoio à investigação e desenvolvimento das capacidades europeias, representa uma evolução no plano dos compromissos e do investimento. No plano dos compromissos por incentivar os Estados Membros a adotar acordos no domínio da defesa, que são política e juridicamente vinculativos. No plano dos investimentos por promover, com base na harmonização de objetivos estratégicos, as áreas da investigação e desenvolvimento em matéria de defesa, vitais para o fomento do tecido empresarial e industrial europeu. Tendo por base estes desenvolvimentos, o presente número da revista Nação e Defesa reúne, no seu *dossier* temático dedicado à Defesa Europeia, contributos de sete autores nacionais e internacionais. *Damien Helly* analisa as dimensões culturais das políticas de segurança europeias, com o propósito de averiguar se a Europa se move no sentido de uma cultura de defesa europeia e qual o papel do fator cultural na sua consolidação. *Simon Duke* examina o processo de institucionalização da defesa europeia e a forma como as novas iniciativas de cooperação neste domínio vieram ativar disposições consagradas no Tratado de Lisboa, que visam promover e gerar o incentivo financeiro conducente a uma maior afirmação da PESC e da PCSD. *Dick Zandee* interpreta o desenvolvimento de modalidades de cooperação na área da defesa no plano operacional, da manutenção, da logística e da aquisição de equipamentos de sob a forma de *clusters*, concluindo que estes refletem a intenção de se desenvolver uma melhor e maior partilha cooperativa no quadro das responsabilidades da defesa transatlântica e europeia. Isabel Ferreira Nunes analisa as atuais iniciativas e requisitos da cooperação no quadro da defesa europeia e reflete sobre as suas consequências sobre as prioridades estratégicas da União, bem como sobre os incentivos financeiros e processuais que poderão vir a ter um efeito agregador sobre a defesa europeia. *Daniel Fiott* debate os esforços recentemente desenvolvidos de apoio à Base Industrial e Tecnológica da Defesa Europeia e reflete sobre os desafios que a UE e o mercado de defesa europeu enfrentam. *Sven Biscop* considera que uma divisão eficaz do trabalho estratégico pode ser equacionada em torno de três funções centrais nos domínios da segurança e defesa – o da estratégia, das operações e das capacidades – deixando antever a possibilidade de desenvolvimento de uma modalidade cooperativa futura, que alie a UE aos EUA. Finalmente, *Patrícia Daehnhardt* avalia a posição da Alemanha face aos desenvolvimentos da defesa europeia e os impedimentos a um maior empenhamento de Berlim, debate os progressos alcançados pela UE, Alemanha e França no âmbito do aprofundamento da integração da defesa europeia e a forma como a falta de uma cultura de defesa pode afetar a cooperação naquele domínio. Na secção extradossier, Vasco Rato analisa o surgimento de Vladimir Putin como opositor do Ocidente, procurando demonstrar que a competição geopolítica com a Rússia constitui um elemento estrutural da política internacional contemporânea. Rómulo Dantas foca o seu contributo na compreensão da UNASUL, criada por doze países sul-americanos, analisando recentes esforços de integração regional, através de temas de cooperação socioeconómica, de segurança e defesa multilaterais. *Jitendra Nath Misra* oferece-nos uma recensão literária de três obras, com estilos literários distintos entre si, que se debruçam sobre o processo de Partição entre a Índia e o Paquistão. Partindo do início do século XX até praticamente aos nossos dias, os autores dos três livros navegam pelos processos político-sociais complexos da Partição e suas multifacetadas consequências, não elogiando nem demonizando os vários protagonistas, procurando antes, identificar possíveis pontes para um desejável diálogo. O número 150 da revista Nação e Defesa consubstancia, assim, mais um contributo para promoção da reflexão sobre temas estruturantes para a compreensão de questões de segurança e defesa internacional. Ao colocar à disposição dos leitores uma pluralidade de perspetivas, que visam promover um debate qualificado e informado, a revista Nação e Defesa corporiza a matriz fundadora do IDN: servir como uma plataforma de encontro com a sociedade portuguesa para a promoção de uma 'cultura estratégica' e uma 'consciência nacional' de segurança e defesa.

Vítor Rodrigues Viana

Para leitura integral consultar o nº 150 de IDN Nação e Defesa (Número Comemorativo)

FORMAÇÃO

INSTRUÇÃO DE SOCORRISMO – Abordagem ao Politraumatizado

12 de Janeiro de 2019 – Sede Nacional da ANAFS - LISBOA

IX CURSO COMPLEMENTAR DE OPERAÇÕES DE SOCORRO

19 de Janeiro a 23 de Fevereiro de 2019 (fins-de-semana) – Sede Nacional da ANAFS

Informações:

anafsformacao@gmail.com

Tel. 917177676 – 216032115

www.anafs.org